019ª Audiência Pública 01JUL2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTOALEGRE.
A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade porto-alegrense que as Audiências Públicas destinadas a debater o projeto acima referido terão os seus locais alterados conforme a tabela abaixo. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo *Youtube* em https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara.
30/06/2025 – Cruzeiro – Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, R. Prof. Manoel Lobato nº 151
01/07/2025 – Cristal – Associação dos Amigos do Cristal, R. Curupaiti nº 925
Porto Alegre, 18 de junho de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA,** Presidente

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): (19h01min) Boa noite. Vamos dar início a nossa audiência pública de hoje, 1º de julho de 2025. Convidamos a compor a Mesa o Sr. Gelson Guarda, nosso secretário adjunto da Secretaria Geral de Governo; o Sr. Bruno Vanuzzi, diretor-presidente do DMAE; o Sr. Eduardo Scott, subprefeito da região cristal; a Sra. Sandra Darui, do Simpa. Acho que o diretor do Simpa vai se atrasar um pouquinho, depois ele compõe a Mesa também conosco. (Pausa.) Não, ele é da guarda, são coisas diferentes, não é Alexandre?

Bom, a nossa audiência pública tem o objetivo de debater o PLE nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento no município de Porto Alegre. Vou passar para os senhores como vai funcionar a nossa audiência pública de hoje: compomos a Mesa, faremos a abertura das inscrições para a comunidade, podem se inscrever com nosso amigo ali, o Diego; ele vai

receber cinco inscrições de pessoas favoráveis e cinco inscrições de pessoas contrárias ao projeto, então, quem tiver vontade de se inscrever, por favor, se dirija ali para as inscrições. Nós temos dez minutos de fala das autoridades representantes do governo e dez minutos de fala dos representantes do Simpa, depois nós temos as dez inscrições, cinco favoráveis e cinco contra, e depois, se chegarem vereadores também, os vereadores têm direito a cinco minutos de fala intercalados com as inscrições que nós temos. E depois, para encerramento, nós vamos dar mais cinco minutos para a conclusão ao representante do governo, e também cinco minutos para o representante do Simpa. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, pelo canal digital 11.13 e pelo YouTube. Sejam todos bem-vindos.

Vamos iniciar com a fala do representante da Secretaria Geral de Governo, o adjunto Gelson Guarda, que depois passará de imediato, dentro dos dez minutos, para o diretor do DMAE, Bruno Vanuzzi.

SR. GELSON GUARDA: Pessoal, boa noite. Agradeço a presença de todos nessa noite fria, mas para tratar de um tema tão importante para a comunidade como é o que vai ser discutido aqui. Então, para não alongar, eu passo direto para o Bruno, o diretor-presidente do DMAE, para a sua manifestação.

SR. BRUNO VANUZZI: Boa noite a todos, antes de mais nada, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui no Cristal, que, assim, tantas emoções aqui vivi no Cristal e na Cruzeiro. Ontem não consegui estar presente, fui convocado pelo prefeito para uma reunião e não pude estar lá, mas pretendo marcar uma reunião em breve também na Cruzeiro para fazer uma aproximação com a comunidade.

Gostaria de dizer para os senhores que esse projeto de lei que o Matheus, que é o nosso diretor de inovação, novos negócios e parcerias, vai apresentar, é um projeto de lei que para todas as comunidades da Zona Sul tem uma importância fundamental. Nós temos aqui na Zona Sul uma das áreas mais sensíveis do ponto de vista social e do ponto de vista ambiental, e nós precisamos avançar e

logo com o saneamento. Nós sabemos que o saneamento aqui da Zona Sul é carente, como é em toda cidade, mas aqui, pelas características topográficas, nós temos situações que precisam ser resolvidas com urgência. Hoje, conversando um pouco, fazendo o rescaldo da reunião de ontem, ouvi a situação na rótula da Tronco, por exemplo: nós temos ali esgoto que pode extravasar, tem um problema junto à caixa d'água. Essas são situações para as quais precisamos endereçar respostas, e logo.

E para os servidores que estão aqui, eu vejo algumas pessoas do DMAE, eu tenho sempre poucas oportunidades de conversar diretamente sobre o projeto de lei, e uma das coisas que é mais importante sempre as pessoas terem em mente, é que é um projeto de lei que não afeta a carreira dos servidores, não afeta a remuneração dos servidores, não muda nem o que é feito pelo DMAE diretamente e o que é feito por terceirizados, porque o DMAE tem, e os senhores sabem bem, muitos contratos terceirizados. Esse é um contrato que tem como objetivo, sim, o foco no cidadão, é nós acelerarmos algumas obras que estão há anos aguardando, obras que estão há anos, anos aguardando, e o DMAE continua com o seu papel de prevenção contra as cheias, de tratamento de água, de captação de água e de supervisão e fiscalização de todos esses serviços de saneamento. Então, vou passar sem mais delongas aqui para o Matheus e agradeço a presença maciça numa noite tão fria que eu acho que é a noite mais fria do ano. Vocês estão de parabéns pela mobilização e continuem assim. Obrigado, gente.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Obrigado, diretor. Boa noite a todos e a todas presentes. Em especial, cumprimento, então, a Ver.ª Cláudia, que hoje conduz os trabalhos desta audiência. Eu acho que trazer, de forma bastante breve e objetiva a todos vocês, um pouco do que, qual o contexto em que se insere esse projeto de lei, por que promover esse projeto de lei, por que aportar um texto legal ou trazer mudanças legislativas nesse sentido, qual a razão ou os efeitos disso. Então, vou pedir o auxílio da minha colega Karina, por favor, que a gente possa trazer. (Procede-se à apresentação.) E esse projeto de lei, ele é

movido especialmente por um contexto de uma imposição legal, federal, ou seja, nós temos uma norma federal, uma lei federal, que traz um novo Marco Legal do Saneamento Básico e que impõe alguns desafios a todos os municípios do Brasil, não diferente, então, à Porto Alegre, que sejam alcançados determinados níveis de atendimento, de esgotamento sanitário, por exemplo, de abastecimento de água, dentre outras questões. Caso não atendidos esses níveis, o que acontece com os municípios? Por que é um desafio? Esses níveis precisam ser atendidos até 2033, e caso esses municípios, todos os municípios, incluindo Porto Alegre, por exemplo, não alcancem esses níveis há o risco, sim, de frustração de acesso a recursos federais, ou seja, financiamentos da União, recursos, transferências da União podem ser, sim, frustradas, aqueles municípios que não alcançarem essas metas, esses parâmetros de serviço.

E qual é o cenário que a gente tem hoje em Porto Alegre? A gente tem que chegar em 99% de abastecimento de água da população. Olha, a princípio temos um bom nível, embora é importante registrar que dentro dessas metas também precisamos cumprir metas de não intermitência no fornecimento de água, que hoje a gente está um pouco aquém, no sentido que o Município hoje ainda não consegue atingir essas metas de não intermitência no fornecimento, e meta de no mínimo 90% da população sendo atendida com coleta e tratamento de esgoto. Hoje estamos em alguns níveis de serviço um pouco aquém de atendimento disso, lembrando que temos que alcançar esses níveis até 2033.

E quando a gente olhava lá para o cenário, lá em 2015, o Município já projetava esses desafios quando da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Olha, o que eu preciso fazer em saneamento, quais investimentos eu preciso fazer, onde é que eu preciso expandir a rede, atender a população, tanto com água, quanto com esgoto, quanto com drenagem. E, naquele momento, trazendo aos valores de hoje, a gente já dimensionava desafios na ordem de, por exemplo, para esgotamento sanitário, na casa de R$ 3 bilhões. E, da mesma forma, quando a gente analisa esse mesmo período, a capacidade de investimento que o Município teve nesses serviços, ele foi não superior a R$ 100 milhões/ano. O que nos leva, numa análise bastante simplória, a identificar que

seriam necessários, para a gente executar esses investimentos que eram já dimensionados, com a capacidade de investimento já registrada, em média, em torno de 30 anos. E é nesse sentido que a gente tem, então, um instrumento administrativo, como mencionou o diretor, é a contratação de obras e serviços. Essa é a maneira mais adequada e simples de a gente entender do que trata uma concessão de serviços. É um contrato, precedido de licitação, como qualquer outro, em que o Município vai contratar a realização de obras, a expansão de redes de esgoto, por exemplo, e determinados níveis de serviços a serem emprestados. E, se a lei federal já autorizava a concessão de serviços - e ela já autoriza -, por que fazer, então, um projeto de lei municipal para autorizar a concessão de serviços de saneamento básico no Município? Primeiro, porque a municipalidade entende que era importante também incluir algumas salvaguardas nesse projeto, ou seja, se a lei federal já autoriza tudo, vamos incluir algumas salvaguardas, o que a gente não quer. Nós não queremos, então, conceder os serviços de captação e tratamento de água. Então, vejamos lá, tem um dispositivo que diz: fica vedada a concessão dos serviços de captação e tratamento de água, que remanescerão, então, sob prestação do DMAE. Então o DMAE vai seguir responsável pelos serviços de captação e tratamento de água, como também dos serviços de pluvial, manejo de águas pluviais e drenagem urbana. Toda essa parte, então, permanece com o DMAE nesse cenário de celebração no contrato de concessão, enquanto esse parceiro privado vai ser contratado para executar os serviços de esgotamento sanitário, o esgoto cloacal, e o serviço de distribuição de água. Então esse parceiro privado vai lá, expandir rede, vai prestar serviços de coleta, afastamento, tratamento de esgoto, como também vai ser responsável por comprar a água do DMAE e distribuir essa água nessas redes de distribuição. Mas para além disso, o que era importante também a gente colocar na lei, que não constava? Além, é claro, como já mencionou o diretor-presidente, sobre a estabilidade dos servidores que hoje ocupam o DMAE, que ocupam espaços, mas para além disso também, a destinação de eventuais recursos que sejam arrecadados nessa concessão para a drenagem urbana, dentre outras questões

de qualificação de serviços de saneamento, em especial a drenagem urbana, manejo de águas pluviais.

Então, em resumo, senhoras e senhores, é disso que trata o projeto de lei, não se trata aqui de entregar nada a ninguém, se trata de proceder em uma contratação de obras e serviços, permanecendo a estrutura do DMAE, prestando serviços de sua responsabilidade. Então, o parceiro privado e o DMAE, o Município, juntando, somando esforços para que esses investimentos sejam realizados no menor espaço de tempo possível, as redes e os serviços possam chegar a todos no Município. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vamos passar, de imediato, então, a Sandra Darui, do Simpa, para fazer as suas considerações. Dez minutos, quando faltar um minuto, eu lhe aviso.

SRA. SANDRA DARUI: Boa noite a todos e todas. Eu sou Sandra, sou engenheira do DMAE, trabalho na prefeitura há 23 anos. Gostaria de saber quem é que mora aqui, efetivamente, na comunidade do Cristal, se puder levantar a mão. (Pausa.) Ótimo, eu vou falar para vocês. Agradeço a presença do diretor, vai ser ótimo para a gente falar sobre os nossos argumentos. Então, nós vamos trazer alguns argumentos. Muitas coisas, eu concordo com o que o diretor Matheus disse, mas algumas vocês vão ver quais são os nossos argumentos para dizer que é contra esse projeto. Então, na verdade, é uma decisão política, ele começou na secretaria de Parcerias Municipais, não no DMAE. Nós, técnicos do DMAE, somos contra. Então, que fique isso. O DMAE tem 63 anos, então, nós sempre conseguimos dar conta, desde que a gente tenha autonomia. Na verdade, o que o DMAE tem que ter é voltar a autonomia para gerir e fazer os projetos que são prioritários e que vão atender vocês.

O DMAE já tem 100% de atendimento da água. A gente só não coloca rede onde a gente não pode, por força de lei, em áreas em que nós não somos permitidos. E nós temos, sim, intermitência. Nós não tínhamos. E, por algumas decisões

erradas nas últimas gestões, vocês acabam sofrendo. Principalmente as partes altas aqui do bairro, vocês têm algum problema, sim.

E a gente já tem 78%, 80% de capacidade de tratamento. E, se considerar algumas soluções que a gente pode fazer e que o novo marco legal permite, a gente chegaria já a 78%. Então, não são só 50%. E, se estivesse funcionando o ETA – Estação de Tratamento de Água – Sarandi, a gente já chegou a tratar 66% do esgoto.

Quando diz que é um contrato, sim, é um contrato. É um contrato. Vocês, aqui no bairro Cristal, estão sofrendo um problema. Vocês sabem quantos serviços de água têm atrasados, que vocês solicitam para nós, do DMAE? Mais de mil serviços atrasados. Por quê? Porque deu problema num contrato que acabou e, até agora, não foi feito outro contrato. Foi feito, mas deu problema, está com problema jurídico. Então, nós não temos equipes suficientes. O DMAE, há dez anos, tinha 2.000 funcionários. Nós temos 1.000 funcionários, menos de mil. Agora, em maio, nós somos 900 e poucos. E nós temos 400 pessoas em condições de sair a qualquer momento do DMAE, que já atingiram a aposentadoria. Então, eu peço para o diretor Bruno... Nós ficamos muito felizes que chamaram 33 pessoas do concurso agora. E nós gostaríamos que chamassem todos os que passaram no concurso, porque nem esses seriam suficientes. Então, na verdade, nós precisamos que coloque gente dentro do DMAE. Imagina se der errado, se esse um contrato der errado.

Essa semana, até o diretor e o próprio prefeito tiveram que ir ao Sarandi, porque deu um problema no dique. E eles foram lá. E o diretor, eu tenho certeza de que eles vão lá toda vez que acontecer um problema. Assim como a Ver.ª Cláudia vem quando tem um problema. Vocês acham que o diretor dessa empresa privada, quando vocês precisarem falar com ele, vocês vão conseguir? Ele vai à comunidade de vocês, atender vocês? O diretor da CEEE Equatorial não atendeu nem o prefeito quando precisou? Vai atender vocês? Vai me atender? Não vai, gente.

Então, experiências no mundo, nem vou falar muito sobre isso. Quem é que está satisfeito com o serviço Equatorial? Acho que ninguém. Manaus é concedida há

mais de 20 anos. Sabe qual é o tratamento de esgoto em Manaus? 20%. E a mesma empresa que vai ficar com o DMAE. Então, aqui no mundo também.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SANDRA DARUI: 20%! Não, eu não sei o resultado. Mas, entendeu? Se essa empresa ganhar, ela vai ficar com 70% do saneamento do Estado.

Quando diz que os investimentos vão ficar dentro do saneamento, na concessão da Corsan, 80% do valor foram feitos em outras coisas, principalmente em estradas. Estradas não têm nada a ver com saneamento, pessoal. A mesma coisa. Já falei do caso, já falei da Corsan. Está dando vários problemas em vários municípios, principalmente municípios grandes. O que acontece? O pessoal vai lá, vai atender um serviço de uma adutora, e a empresa não sabe fazer o conserto. É a mesma coisa que tem quando privatiza a saúde. Vocês têm um psicólogo que vocês vão lá todo dia, e ele sabe o caso de vocês; aí, cada vez que vocês vão lá, é um psicólogo novo. Vai ser assim com as equipes, como é a Equatorial. Cada vez que vem atender um transformador que estourou alguma coisa, é uma equipe terceirizada que eu não sei quem é. Aqui vocês sabem até o cara do DMAE que vem aqui, chefe de equipe que vai atender vocês. Alguém de vocês já sabe até o nome dele. Só que isso não vai ter mais se acontecer isso.

Quando dizem que concessão não é privatização, é. Quem é que de nós aqui vai estar daqui a 35 anos? Eu quero estar viva, mas não vou estar em condições de trabalhar. Quem vai estar aqui são nossos filhos, nossos netos. Se der errado, esse governo não vai estar aqui, vai estar outra pessoa. Nós vamos reclamar para quem? Não sei para quem nós vamos reclamar.

E, se fosse tão bom assim, eles não tinham ficado com o mesmo nome. Eles teriam mudado o nome deles para ressaltar a marca deles, mas nem isso eles fizeram.

Terceirização. Então, eu já disse um problema num contrato terceirizado do DMAE, que tem muitos contratos. O DMAE tem muitos, eu nem sei quantos. Tem

mais de 200, 300 contratos. Nós temos um problema sério com o contrato de leitura. Desde 2014, foi terceirizada a leitura e é difícil ter uma empresa que consegue manter o nosso nível que nós tínhamos de atendimento. Nós não temos, nós não conseguimos. E o que acontece? Nós temos 58 mil pedidos de revisão de leitura. E sem gente, como é que nós vamos fazer essa revisão de leitura? Nós precisamos de chame de concurso para as pessoas poderem fazer isso. Então, são todas contas que não estão entrando no caixa do DMAE.

Então, na verdade, é um problema de gestão. Sempre todos os prefeitos que entravam, todos os diretores do DMAE, e eu acho que o diretor tem isso, ele está aqui, está conversando com vocês, a gente tem o intuito de melhorar o serviço, não entregar. O intuito é melhorar, fazer com que vocês sejam atendidos com a gente, que os servidores sejam ouvidos, que a população seja ouvida. Então, essa deveria ser a tendência. Então, nós temos que mudar a gestão, mudar a gestão para que o DMAE se fortaleça como ele já foi.

O que aconteceu foi que, nos últimos anos, nós tivemos um freio nos investimentos. Nós não investimos mais que R$ 100 milhões por ano, porque não deixaram a gente investir. Inclusive, deixaram recursos que a gente não pegou, porque não quiseram pegar os recursos. E agora tem um monte de fontes de financiamento que a gente pode estar pegando, e vocês vão ver que a gente já pegou.

Então, em 2023, este *slide* a gente tem até no final da apresentação, em vez do prefeito estar vendo o que podia fazer para não alagar a cidade, ele estava apresentando a mesma coisa que nós estamos apresentando hoje, um projeto de concessão. E o que aconteceu? Um colapso em 2024. Aliás, vocês ainda tiveram sorte. A única casa de bombas que funcionou, porque ela era mais moderna, foi a 11, aqui na Icaraí. Essa funcionou. E o que vai ser feito nas novas, que o DMAE está fazendo, é uma coisa semelhante, inclusive melhor do que isso.

A realidade é que o DMAE, nunca tinha acontecido isso, foi alvo de uma CPI com três acusações. Um diretor que foi acusado de receber propina. Nós tivemos nosso diretor de licitação, gerente de licitações, foi pego na casa dele, pela

Polícia Federal, com R$ 146 mil. Vocês já viram isso, R$ 146 mil? Eu nunca vi. O que ele estava fazendo com esse dinheiro na casa dele? Do salário de CC não era. Nós temos também o nosso ex-diretor Maurício Loss que foi trabalhar na Aegea dois meses depois de trabalhar no DMAE. Não vou falar sobre isso, a CPI vai investigar. Todos foram indicados pelo governo. Quando diz que o DMAE não tem capacidade de investir num programa que vocês enxergam todo dia, quando vocês saem aqui, que é este aqui, que é do Pisa. O que aconteceu? Só esse programa elevou para 80% a nossa capacidade, e há valores presentes agora de R$ 1,5 bilhão. Então o DMAE tem capacidade. Naquela época, o DMAE fez um escritório especial só para essa obra, porque sabia que isso ia ser um grande benefício. A questão dos R$ 10 bilhões é muito questionável. Tem várias coisas que o DMAE já conseguiu fazer. Tem várias que eu concordo, esgoto, sim, realmente tem problema, vocês têm problema aqui, mas não são R$ 10 bilhões. Eles atualizaram o valor do Plano Municipal de Saneamento Básico, agora é como se o DMAE não tivesse feito nada desde 2015, e o DMAE fez, fez bastante coisa, e tem muito recurso ainda. Nós temos para a água já contratados R$ 484 milhões. Então, não é aquele valor. Nós já temos para a drenagem R$ 3 bilhões, entre coisas do governo federal, do governo estadual e coisas que foram conseguidas no PAC. Então, não é aquele valor lá. Aqui também a gente questiona alguns números, não vou apresentar para vocês, não vai dar tempo, mas o que a gente quer dizer é assim: reflitam. Eu acho que é importante que mais vereadores, que bom que hoje, a senhora não tinha vindo a nenhum, mas que reflitam, conversem com seus vereadores, porque agora esse projeto está posto na Câmara. A gente gostaria que essas audiências que a gente está tendo, porque, assim, a gente consiga tirar as dúvidas, porque é muita dúvida para aprovar um projeto que a gente não sabe o resultado no futuro. Obrigada a vocês. Eu acho que é legal o debate, e o DMAE tem todas as condições desde que a gente invista no DMAE de novo, o DMAE que vocês conheciam alguns anos atrás. Obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Sandra. Nós vamos iniciar um contra e um a favor, um contra e um a favor. Depois, eles terão mais cinco minutos para as conclusões finais, tanto o governo quanto o Simpa. Vamos começar com o Calvin Aguirres, cidadão da comunidade. Cinco minutos para a sua fala. Quando faltar um minuto, eu lhe aviso.

SR. CALVIN AGUIRRES: Gente, boa noite, meu nome é Calvin e venho trazer aqui uma coisa que a gente vem notando nas últimas audiências que já vêm tendo ali pela Zonas Norte, Leste. Muitas vezes, parece que é um debate sobre a situação atual, se está ruim, se tem que melhorar, se tem que piorar, sendo que, na verdade, o projeto é sobre entregar ou não essa responsabilidade e essa capacidade de tratar o esgoto da cidade, de fornecer a água da cidade. Então, o que está sendo discutido aqui é se isso se mantém uma responsabilidade da Prefeitura, ou não. Trago que, no momento em que a gente cede, a gente terceiriza, privatiza, concede os serviços de creche, de educação, de saúde, como já se fez em boa parte da cidade, e vários outros serviços, a gente perde, enquanto povo, enquanto órgão público, a Prefeitura, a capacidade de atender as necessidades da população, que é aquilo para o qual ela se elege. Vou dar um exemplo, não desviando muito, mas do próprio setor no qual eu estou. A gente tem uma unidade de saúde para animais em Porto Alegre, que hoje não funcionou, e não funcionou porque ela é terceirizada, ela é uma concessão. Por que ela não funcionou? Porque a empresa se recusou, por alguns motivos internos, e a Prefeitura não teve capacidade de atender essas necessidades hoje. E isso acontece com a água, isso acontece com os serviços de creche e isso acontece, e muito, com a saúde. A gente traz em todas essas audiências, o que tem que ser debatido é: isso é uma responsabilidade do Município? Água é uma responsabilidade do Município? Saneamento básico é uma responsabilidade do Município? Lógico que é. No momento em que a gente entrega, no momento em que a gente faz essa concessão, não se torna mais. “Ah, mas a gente tem que cobrar ainda a Prefeitura.” Sim, só que a Prefeitura, como a diretora do sindicato falou, ela pode cobrar, ela pode multar, ela pode

ameaçar, mas, no momento em que é a empresa que administra, é a empresa que administra. Isso é algo que, o poder sobre esse setor, sobre atender essa demanda da população da cidade, está nas mãos da empresa. Ainda assim, falando que o projeto é uma concessão e não é uma privatização, isso é algo que vem sendo trazido e pautado nas últimas audiências. Gente, uma concessão de 35 anos de um setor que está cada vez com menos servidores já há muitos anos é uma entrega. É cada vez você ter menos gente trabalhando no Município, enquanto servidor e, daqui a 35 anos, tu não teres nada. Tu tens que renovar a concessão, porque tu não tens mais o órgão, assim como hoje tu já não tens mais o DEP. Então, entendo, enquanto cidadão, que é necessário muito mais investimento no DMAE e aplicação desse investimento em obras. Porque é o que a colega, a servidora falou: a gente tem quase R$ 400 milhões em caixa no DMAE que não estão sendo usados, e isso não é que eles surgiram de um dia para o outro. Cara, isso é algo que não surgiu do nada, não surgiu de um dia para o outro. É cada vez mais o dinheiro entrando, o DMAE dá lucro, mas ele não sendo aplicado, cada vez você tendo menos investimento, e tendo menos investimento, tu tens cada vez um serviço pior. Por isso trago que é importante a gente não conceder esse órgão tão importante para o funcionamento da cidade. E ouvir, é claro, as pessoas que estão já há muitos anos tocando esse trabalho, que já fizeram, construíram do zero muitas e muitas comunidades, como já foi apresentado nos *slides* do Simpa, a questão de que a boa parte das pessoas teve o seu primeiro número, o seu primeiro endereço, o seu primeiro número para colocar no comprovante de residência, o do DMAE, porque ele é feito junto com os processos de urbanização da cidade. Então, o que o DMAE representa enquanto órgão público e não enquanto mercadoria para ser vendida e dar dinheiro para um ou para o outro, ser algo que vai estar servindo primeiramente para dar lucro para alguma empresa, é importantíssimo para a soberania da nossa cidade, para a segurança da nossa cidade, e, por isso, me coloco contra o projeto de concessão e de privatização. As mesmas pessoas que hoje defendem que não, não é privatização, pois sabem que a população é

contra, daqui a poucos anos estão dizendo que não, tem que privatizar, também vai ter que privatizar, não tem como. E é isso, gente. Boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Muito obrigada. Agora vamos chamar a favor, a Jurema Silveira, conselheira do OP. Cinco minutos, quando faltar um minuto, eu aviso.

SRA. JUREMA SILVEIRA: Boa noite a todos. Primeiro, quero dizer que eu não sou a favor, eu sou parcial. Deixar isso bem claro, porque eu quero ouvir.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A fala é de quem é a favor.

SRA. JUREMA SILVEIRA: Só um pouquinho. Eu sou conselheira do Orçamento Participativo, nesta região, há 35 anos. E há 35 anos a gente tem, sim, sentado com o prefeito, sentado e feito um diálogo chamado Orçamento Participativo. Nenhum gestor de Porto Alegre faz o que quer dentro de Porto Alegre sem passar pelo OP. Tem 17 regiões, tem seis temáticas, e a gente foi pego de surpresa. Eu vim na reunião, desculpa, eu gostaria muito de ver o prefeito sentado aqui. Eu quero muito ouvir do prefeito que tem a caneta de Porto Alegre. Não é vereador, não é sindicato, quem tem que me garantir que a comunidade não vai ser prejudicada é o prefeito Sebastião Melo. Eu quero ouvir ele. Ele sabe muito bem que ele poderia ter ido nas 17 regiões e ter apresentado esse projeto. E, desculpa, Bruno, te adoro, tu sabes, como pessoa, como ser humano, eu sei o quanto tu correste aqui, e sei o quanto o pessoal do DMAE trabalha, sim, com o pouco que tem. A gente não pode ser hipócrita, eles atendem, sim, com o que pode, mas o DMAE peca há muitos anos, não é de hoje. Quando foi citado aqui o Socioambiental, eu sou oriunda do Socioambiental, gente. Eu sofri na pele a situação do socioambiental. Tinha dinheiro, sim, para fazer tudo o que tinha que ser feito nas redes de esgoto. O BIRD tinha mandado dinheiro, só queria as conclusões das obras até 2010. Em 2010, quando não foi concluído, o banco veio e nos chamou, lideranças do Cristal, e levou o restante do dinheiro. E aí a

gente ficou pecando. Mas o DMAE pode, sim, e tem que andar com as próprias pernas, desde de que o DMAE respeite as populações, as comunidades carentes. Vereadora, nenhuma comunidade quer algo de graça, mas querem uma taxa com dignidade que possa pagar. (Palmas.) Então, voltem a pensar nisso. Não precisa privatizar, não precisa dar para terceiro, se vocês entrarem nas comunidades e disserem: “Olha, nós vamos botar uma conta de água aqui de R$ 50,00.” O DMAE não tem dinheiro hoje porque tem 350 vilas dentro de Porto Alegre, todas elas com gato, com inadimplência. Sabe por quê? Porque as contas são um absurdo. Eu até ia pegar uma conta ali da Vila Hípica, uma vila regularizada pela Prefeitura, onde a moradora está enlouquecida que a conta veio quase mais alta que o valor da sua casa! E o que é mais impressionante, o prefeito, na reunião que ele esteve aqui na região, com o diretor Marcos, ele disse: “Zera essas contas altíssimas, começa do zero e legaliza as águas.” Então, pensem nisso, porque, se todo esse povo estiver pagando uma conta decente, não precisa entregar para terceiro. O medo que a cidade de Porto Alegre tem, inclusive eu, é entregar para os outros e acontecer o que foi dito aqui, como a CEEE, que não respeita ninguém, a taxa é do jeito que eles querem, a hora que eles querem, entram nas comunidades com os caminhões quebrando tudo, cortando, quebrando o fio de todo mundo. E essas coisas. A própria Carris, a Carris era uma empresa própria do Município. Hoje, a gente tem motoristas mal-educados, cobrador mal-educado, e estão fazendo uma porcaria para não dizer outra coisa. Então pensem nisso, legalize as águas das comunidades com uma taxa decente, que a maioria recebe um Bolsa Família, podem pagar, sim, ninguém é mendigo. Qualquer um tem um cartão do Magazine Luiza para poder comprar. Façam isso que não precisa entregar para ninguém. (Palmas.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada. Próximo inscrito, Alexandre Dias, Comitê em Defesa de Água e DMAE Público. Cinco minutos, quando faltar um minuto, eu te aviso.

SR. ALEXANDRE DIAS: Boa noite, Ver.ª Cláudia Araújo, que preside esta audiência pública; diretor Bruno Vanuzzi, que representa o DMAE; secretário Gelson. Quero também cumprimentar o Sandro, servidor da Câmara Municipal, através de quem eu também saúdo a todos os servidores presentes, e a minha colega Sandra Darui, engenheira do DMAE, de quem eu tenho orgulho de ser colega, porque conheço a Sandra há muitos anos e, durante muitos anos, ela se dedica, diuturnamente, para entregar o melhor dela para a cidade, para o DMAE e fazer também a defesa do DMAE.

Eu quero iniciar dizendo para vocês o seguinte: o saneamento de Porto Alegre já foi uma responsabilidade da iniciativa privada; o DMAE surgiu em 1961. E por que passou para o serviço público? Porque a iniciativa privada não tinha condições nem técnicas, nem financeiras para dar conta. No entanto, hoje nós temos uma capacidade instalada para tratar esgoto em cerca de 80% – e trata 52%, quando a média nacional está em 55%. O DMAE também garante o abastecimento de mais de 99% da população. Ou seja, agora que, com recursos públicos, se avançou muito no serviço do DMAE, entendem que tem que passar para a iniciativa privada. Como assim? Como assim? Vamos considerar, gente, que é natural que qualquer empresa privada tenha como seu principal objetivo o lucro. Quem é que vai ter uma empresa e não vai querer ter lucro? É certo que vai querer ter lucro. Agora, a empresa pública não tem o interesse de ter lucro. Todo o dinheiro que ela arrecada, ela reinveste – investimento para a cidade. Portanto, eu quero primeiramente esclarecer o seguinte: dizem, estão em todas as audiências dizendo “Ai, não é privatização, é concessão” – balela! Não vão atrás dessa conversa. Isso é balela, querem nos enganar. Vão conceder por 35, 40 anos e depois como é que fica se quiserem retomar? Não vai ter mais servidores. Eu mesmo ingressei no DMAE há 32 anos. Quando ingressei no DMAE eram mais de 3.300 servidores ativos, naquela ocasião. Hoje, nós somos menos de 1.000 servidores no DMAE, mas durante esses 32 anos aumentou o investimento na cidade com vários empreendimentos imobiliários, aumentou a necessidade de serviço e diminuiu a capacidade de atendimento. Não contratam os servidores, contratam o mínimo necessário, que é obrigatório, mas a gente

percebe que essa capacidade que o DMAE vem perdendo, ela é proposital para justificar a tentativa de entrega do DMAE. Nós não podemos aceitar isso, gente! Esse tipo de jogo já está manjado. Fizeram com a Carris, muito bem lembrado. Vão sucateando, sucateando, sucateando, fazendo com que a população se revolte contra a empresa e não contra a prática administrativa que está sendo colocada no sentido de diminuir a entidade, no caso a empresa. Quero dizer para vocês mais uma coisa: vocês querem saber o efeito de um tipo de concessão? É justamente essa, Jurema, que você falava, que é a da leitura. A leitura do DMAE não é praticada por servidores do próprio DMAE. É uma empresa terceirizada que faz isso. E quando foi terceirizado, o DMAE tinha um desempenho muito maior, muito melhor do que é hoje. E é comum hoje a gente ouvir as pessoas dizerem que recebem contas com 20, 30, 50 e até mais de R$ 100 mil. E não é porque nós servidores somos melhores do que quem é da iniciativa privada; é que pagam muito pouco e as pessoas acabam indo. Então, o que acontece? As pessoas não permanecem. Quem permanece no serviço vai adquirindo experiência, expertise que fala, para poder desempenhar com qualidade e atender bem a cidade. Portanto, gente, e eu quero finalizar, vereadora, e só tem uma coisa que nós precisamos dizer: nós precisamos é chamar um plebiscito para que a população de Porto Alegre decida sobre o futuro do DMAE! Foi a população de Porto Alegre que construiu essa autarquia. É plebiscito já e não à concessão do DMAE!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Alexandre. A próxima inscrita é Mariana Teixeira, cidadã e moradora da região. A favor.

SRA. MARIANA TEIXEIRA: Boa noite. Boa noite, gente; boa noite, vereadora; boa noite, diretor, componentes da Mesa. Eu estou aqui hoje como moradora do bairro. Eu moro aqui no bairro Cristal, no alto da Icaraí, e venho trazer minha experiência como moradora, como usuária da água. O primeiro ponto que eu acho importante falar, todos os pontos devem ser considerados, mas o primeiro ponto que é importante falar: esse projeto atende às exigências do marco

regulatório. Então, é uma lei federal, vocês já devem ter entendido, e o DMAE precisa se adaptar a esse marco. Então, é uma questão de legislação, não é só o querer, é o ter que fazer. Esse é o primeiro ponto. Precisa muito de investimento para atender a esse marco, precisa de investimento; da forma que o DMAE está posto hoje em dia, esse investimento levaria quantos anos para chegar efetivamente até às nossas casas? Não sei.

O que me resta dizer é da minha experiência, de que eu, sim, tenho interrupções de água na minha casa – muitas. Bem como falou a engenheira há pouco tempo, quem mora no alto tem muitas interrupções. Tem! Eu moro no alto e quero uma resolução para essas interrupções. E eu imagino que, para isso, precise de investimento. A cidade cresceu, precisa de investimento. Tem, sim, ocupações irregulares que não têm saneamento, precisa de investimento, então a gente volta sempre para o mesmo ciclo: precisa de investimento. Como é que isso vai se dar na estrutura atual? Eu vejo que é impossível. Então, para mim, como usuária, como todos nós somos, eu vejo essa necessidade, especialmente para chegar água regularmente na minha torneira e para atender as comunidades do entorno, a essas ocupações que estão, sim, sem saneamento básico. Eu acho que a gente tem que olhar para o todo; claro, olhar para a gente, a gente quer isso, mas eu acho que olhar para o todo é importante. Tem, sim, pessoas que precisam de saneamento e não tem. Não é todo mundo que tem saneamento básico, como vem sendo dito. Tem muita gente que não tem, e a gente consegue facilmente comprovar isso. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Dois minutos dezoito segundos. Muito obrigada.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra. Cinco minutos para a fala do Ver. Jonas Reis. Quando faltar um minuto, eu lhe aviso, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa noite, Ver.ª Cláudia, Sandra, membros do governo aqui presentes e toda comunidade presente nesta noite fria. Parabéns para as pessoas envolvidas nesse debate, que querem entender o que está

acontecendo, mas eu quero deixar aqui para vocês algumas lembranças. Eu acompanho a história do DMAE já há dez anos, e a gente tinha mais de mil funcionários. No governo Marchezan, foram se aposentando, o governo não repôs, no governo Melo, foram se aposentando, o governo não repôs, e hoje a gente tem aí perto de mil funcionários. É uma tragédia. Isso se chama sucateamento, ou seja, tu deixas mal para a população falar mal, achar que não está funcionando. Aí trazem para nós a ideia de que uma empresa privada vai funcionar. Está aí a CEEE Equatorial. Quem aqui está amando a CEEE Equatorial? No bairro em que eu morava, Aberta dos Morros, nunca tínhamos oscilação de energia, nunca, e, mesmo com temporal, no passado, nós nunca tínhamos ficado mais de 24 horas sem energia elétrica. No último temporal grande que deu, ficamos cinco dias sem energia elétrica. Essa é a empresa privada. Porque o objetivo dela não é restabelecer energia rapidamente, o objetivo dela é lucrar a longo prazo. Então eles não investem em ter funcionários lá esperando para manter a continuidade do serviço. Tanto é que a CEEE Equatorial, quando comprou a CEEE, pública, pegou só duas estações de transmissão de energia elétrica móveis que tinha, só elas duas valiam mais de R$ 18 milhões, e levou para outro estado do Rio Grande do Sul. O que vocês acham que vai acontecer com o DMAE quando passar a concessão? A mesma coisa. Trinta e quatro por cento é o que o DMAE paga a menos, porque a autarquia não paga impostos. A empresa privada, chegando, vai ter que pagar ISS, Fundo de Garantia, ICMS, Imposto de Renda, IPTU, tudo isso, e quem vai pagar é o cidadão de Porto Alegre. Por isso que eu não posso, como vereador, de forma alguma, deixar acontecer isso. Eu estou indo em todas as plenárias, eu estou indo para conversar com a população, e peço a vocês que falem com os vizinhos, vão lá na página da Prefeitura e digam não à concessão. Porque depois eles dizem assim: “Ah, é só um pouquinho de aumento por causa da inflação, é que veio a inflação, agora é a inflação.” Eles vão inventar que vai ser inflação. Vão inventar que o insumo aumentou, que aumentou o cloro que vai na água, que aumentou não sei o quê, o mínimo regional, eles vão inventar no futuro. Agora eles vão dizer, porque eles sempre dizem, para convencer, que tudo vai

melhorar e que agora todo mundo vai ter esgoto, que todo mundo vai ter água potável. É um milagre. Eles estão trazendo um milagre. Olha só, que bonito esse milagre. Mas demorou cinco anos para eles virem com o milagre. Por que que não trouxeram, então esse milagre, no primeiro ano, quando ganhou do Marchezan? É porque já venderam a Carris e não deu certo. Vocês viram o serviço que está lá? Vocês viram a empresa que comprou a Carris? A Viamão, gente, que é uma das piores empresas de transporte aqui da Região Metropolitana. Eles não foram capazes de fazer uma licitação decente, entregar para uma empresa decente. Agora quase pegou fogo no ônibus da STS, a linha Restinga/Tristeza, está rodando vídeo na internet, quase morreram as pessoas incendiadas, ainda bem que a porta não estava trancada do ônibus, saíram correndo. Isso é o privado. O privado, ele quer lucro. Ele não vai fazer mecânica preventiva, ele não vai oferecer um salário melhor para os trabalhadores. Vocês sabem o que acontece com as empresas contratadas pelo DMAE, as terceirizadas, elas pagam um salário assim (Faz gesto com a mão.) A MG terceirizada está até hoje devendo para um grupo de mais de 400 funcionários que trabalharam, inclusive aqui na Zona Sul. A empresa não pagou os direitos deles. É isso que vai acontecer. E o serviço precarizado. Então, gente, tenhamos consciência. Os países desenvolvidos estão reestatizando a água. E agora querem trazer essa porcaria para cá. O privado aqui não dá, gente. Então, vamos dizer não à concessão, em respeito ao bolso do cidadão, que não pode pagar mais caro no futuro. (Palmas.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Muito obrigada.
Próxima inscrita, com posição contrária, a Sra. Margareta Baumgarten, administradora aposentada do DMAE e Associação dos Administradores, Contadores e Economistas da Prefeitura. Cinco minutos. Quando faltar um minuto, eu lhe aviso.

SRA. MARGARETA BAUMGARTEN: Obrigada. Boa noite a todos. Eu tenho 34 anos de Prefeitura, dos quais 20 no DMAE. Quando o Melo foi vice-prefeito, ele

ia ao DMAE, ia falar conosco e pedia que nós apresentássemos os projetos na Prefeitura, inclusive eu, como *benchmarking*, ou seja, como modelo, referência, porque o DMAE sempre foi, como dito, o melhor da Prefeitura. O DMAE era modelo nacional de saneamento público. E eu ainda tive o prazer, colegas, de trabalhar no final da minha carreira, eu me aposentei há 11 anos, eu tenho 65 anos, eu me aposentei fazendo o sistema de gestão da qualidade do DMAE, que, infelizmente, as últimas gestões não estão tocando como era antes. Nós tínhamos reunião de análise crítica da estratégia, nós tínhamos metas, nós tínhamos tudo o que vocês possam imaginar, pesquisa de clima nas comunidades. A gente avaliava o que não estava atendendo, o que precisava fazer, os indicadores, tudo era muito bom de trabalhar. O DMAE sempre teve recursos próprios. A Prefeitura nunca deu um tostão para o DMAE. O DMAE sobrevive das tarifas. O DMAE não tem pagamento de tributos. Uma empresa com concessão vai ter os tributos, ela tem os lucros, não se iludam. Não tem como, eu sou administradora pública, não existe mágica. A leitura foi terceirizada e isso me pegou no último ano. A gente dizia para o diretor-geral: “Não faça isso.” Os de carreira vão sempre defender a comunidade, porque os funcionários de carreira também são cidadãos de Porto Alegre, eles têm responsabilidade técnica. Então, a gente luta por nós, por vocês, por todos aqui. E Porto Alegre tem condições ainda de atender o marco legal, porque o DMAE tem dinheiro. Então, a gente pede, vamos conversar com os vereadores, nós vamos conversar com o prefeito, para demonstrar a ele que o DMAE tem capacidade, tem recursos próprios, e a gente vai pedir para ele: “Melo, deixe o DMAE trabalhar. Por favor, devolva a autonomia financeira ao DMAE e à equipe técnica, valorize a equipe técnica.” Gente, o DMAE é tudo de bom nessa vida. Vocês não podem imaginar, realmente, nós temos falhas. Agora, mais ainda, infelizmente, por toda essa precarização que aconteceu, o dinheiro do DMAE está lá. Embora ele seja uma autarquia, tenha autonomia financeira, atualmente o prefeito não deixa liberar. Então, assim, o DMAE tem ainda condições de atender o marco legal. Então, vamos repor a infraestrutura necessária, deixe o DMAE trabalhar. O DMAE é o melhor para a cidade, funcionários de carreira, porque, ao longo de anos, eles

recebem investimento em qualificação. A terceirizada, não. Eles pegam as pessoas que não sabem nada para pagar salário mínimo. Entendeu? E o que acontece? Essas pessoas têm rodízio.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Um minuto, por gentileza.

SRA. MARGARETA BAUMGARTEN: Sim. Muitos que tinham débito em conta da água tiraram o débito em conta. Por quê? Porque a leitura foi terceirizada e começaram as leituras erradas. Então, gente, é muito sério. Nós vamos conversar com o prefeito Melo, nós vamos conversar com a base do governo. Já falei, inclusive, com a Ver.ª Cláudia e outros vereadores. A CESPA vai entrar em contato para que a gente demonstre como é possível. O DMAE não precisa. E os colegas, às vezes, o governo diz assim: “Ah, mas o PT fez isso, o PMDB fez não sei o quê...”. Não importa para mim a questão política partidária. Importa é que em Porto Alegre não precisa concessão do DMAE. O DMAE é de Porto Alegre, é um patrimônio nosso. Nosso, como é que nós vamos entregar de mão beijada? Não, não vamos entregar de mão beijada. De maneira nenhuma, gente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Cinco minutos.

SRA. MARGARETA BAUMGARTEN: É isso aí.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada. Próximo inscrito, Marco Salinas, cidadão da região. Cinco minutos para a sua fala. Quando faltar um minuto, eu te aviso.

SR. MARCO SALINAS: Tudo bom? Acho que boa parte, pelo menos dos moradores da região aqui, me conhece. Convido aos que não me conhecem, eu moro aqui na Curupaiti, 1326, apartamento 1401.

Eu acho que eu estudei errado o português. Porque quando concessão e privatização viram a mesma coisa, nós estamos com problema de semântica. Então, assim, a gente tem que partir desse pressuposto que são coisas diferentes. Ninguém é irresponsável o suficiente de fazer um contrato e não cobrar suas cláusulas. Vocês são locatários de imóveis ou proprietários de imóveis que locam? Vocês fizeram as cláusulas e sabem que elas têm que ser cumpridas. E se não forem cumpridas, para isso existe justiça e para isso existem outros argumentos. Realmente, o DMAE sempre foi um bom serviço, sempre foi um bom serviço, muito bem emprestado, mas deixa muito a desejar nas últimas décadas. A nossa cidade cresceu, tivemos uma explosão demográfica bastante grande, e esse serviço público não acompanhou, principalmente na questão de esgoto, esgoto relacionado com saúde, com qualidade de vida. Não adianta eu ter água se eu não tiver um banheiro. Faço a pergunta aqui aos moradores da Cruzeiro, que eu vejo muitos aqui que eu conheço, na Pedreira tem esgoto? Na maioria das comunidades aqui da volta, ali, como é que é, aquela na beira do riachinho, ali, tem esgoto? Não tem. O DMAE, principalmente, não tem capacidade de investimento nessa questão do esgoto. Hoje tinha, poderia ter dinheiro, antigamente. Hoje não tem. Temos que viver essa realidade.

E o que eu peço, e como morador da região, e sei que muitos me conhecem, sabem que eu sou funcionário da Prefeitura, eu peço a consideração de pensarem pelas suas próprias cabeças e não deixarem isso ser uma briga de classe entre prefeito e funcionários, fulano e sicrano, situação e oposição. A gente tem que pensar na casa da gente, a gente tem que pensar na torneira da gente.

O prédio onde eu moro tem 96 apartamentos. Numa média clara de 4 pessoas por apartamento, dá quase 200 pessoas. Seguido, não temos água. Se não fosse a caixa d'água do prédio, que é bastante antiga, e aí eu tenho que usar bomba de recalque, eu tenho que aumentar os custos do prédio. Até caminhão-pipa o prédio teve que contratar nas interrupções do DMAE.

Fizeram uma intervenção na Rua Itapitocaí, esquina com a Av. Icaraí. Hoje, eu acho que eu estou morando numa rua sem calçamento. Esse é o serviço que é apresentado hoje. Se a concessão for para melhorar esse serviço, eu acredito que a gente tem que fazer essa aposta na concessão. Mas também digo que toda concessão é diferente de privatização, e para tudo tem regras. Para tudo tem regras, para tudo tem órgãos de fiscalização e para tudo tem a justiça para se recorrer. E, em nenhum momento, em nenhum lugar do mundo, nenhum poder público deixou de reestatizar uma empresa quando deu errado.
Então, essa carta a gente tem na mão o tempo todo. A gente pode usar essa carta na mão se o serviço não for prestado como a gente quer. Está bom? Boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Quatro minutos. Muito obrigada. Vamos chamar agora o Sr. Juarez Souza de Oliveira, da Associação Santa Anita, que é contrário. Cinco minutos. Quando faltar um minuto, eu lhe aviso. Querem dividir o tempo? Quando chegar em 2 minutos, eu aviso, tem mais 30 segundos e depois passo para ti. Qual é o seu nome? Michael.

SR. JUAREZ SOUZA DE OLIVEIRA: Eu vou ser breve. Boa noite para o pessoal que está na assembleia aqui e à Mesa também. Pessoal, eu nasci em uma periferia e ainda moro na periferia, certo? Sou líder comunitário aqui da Santa Anita e digo para o pessoal do DMAE que a qualificação do atendimento do DMAE está nota 10. Eles estão se empenhando, os funcionários do DMAE. A gente chama, eles vêm. Precário ou não, eles vêm, eles atendem. Então, nós, da comunidade, somos atendidos, sim, pelo DMAE. Será que seremos atendidos pelo privado com essa velocidade toda? Com essa relação que a gente tem com os funcionários? Vai ser difícil. Vai ser muito difícil.
Eu estou meio ansioso, assim, com a Equatorial. A Equatorial fez uma devassa na minha comunidade, ligando, dando poste, dando o relógio, o medidor, enfim, dizendo que não teria custo nenhum. A dívida anterior ficaria para o CPF da pessoa. Só que começou a vir conta de R$ 1.700 em 20 dias, que era referente

a 5 anos x por mês: R$ 1.700, R$ 2.500. Eu estou com o processo lá no Procon, já marquei duas audiências com o pessoal da CEEE Equatorial, e até agora não foi possível.

Então, meu medo é assim: quem compra um imóvel hoje em Porto Alegre, em qualquer lugar, com a escritura, tem que deixar quitado, porque a conta vai para o imóvel. Então, esse que é o nosso medo. Me diz, assim, na periferia, quem é que tem escritura na comunidade? E como é que eles vão passar uma dívida, que eles querem passar, de moradores, de R$ 30 mil, R$ 20 mil, porque já teve 6 moradores naquela mesma residência e nunca se pagou a conta? Hoje, se for regularizar, eles só regularizam se ele pagar uma conta de pessoas que nem conhece.

Então, pessoal, eu sou, sim, a favor de que o DMAE entre na comunidade, coloque cada medidor e cobre de cada morador uma tarifa social, recolha esse dinheiro para poder qualificar mais o quadro funcional. E outra coisa: aumentar, porque estão, assim, precariamente com falta de funcionários, falta mesmo de funcionários. E os que estão ali estão dando o máximo deles. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Dois minutos e vinte segundos, por favor. Eu lhe aviso.

SR. MICHAEL SANTOS: Quero agradecer esta oportunidade, presidente. Michael Santos, da coordenação do Orçamento Participativo. Ontem, nós fizemos uma bela reunião lá no Postão de saúde, onde a gente apresentou um documento que é de conhecimento de muitos aqui e que tem que percorrer todas as regiões, mostrando a nossa contrariedade a essa ação que vem contra aqueles que mais precisam dos serviços básicos.

Fico muito chateado aqui ao ver que pessoas, mesmo sendo do quadro da Prefeitura ou CCs, ou já passaram pela experiência administrativa, desconhecem ou viram as costas para as comunidades, como a Pedreira, falando que não tem esgoto, como se fosse problema do DMAE. Claro que é

problema do DMAE, mas é um problema porque o DMAE tem recurso e não é investido para a população mais pobre e carente.

O DMAE tem recurso e não tem caixa d'água colocada na ponta dos morros para abastecer e resolver essa precariedade de água. O DMAE tem recurso para poder fazer a limpeza dos bueiros, e a gente, inclusive na parte baixa, aqui das vilas, das comunidades, continua pisando no esgoto, infelizmente, quando cai uma garoa aqui. O DMAE tem recurso, mas ele não é investido na qualificação, nos equipamentos necessários, maquinários, e na reposição dos funcionários que estão se aposentando ou saindo, enfim, isso vai trazendo a precarização para o DMAE. E me parece até que os governos – e não é do governo Melo, isso vem já há muito tempo – não vêm fazendo o concurso para reposição dos funcionários que são o modelo.

O DMAE já foi referência, sim, assim como a Carris já foi referência nos serviços públicos da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre já foi a capital da qualidade de serviço e hoje é a capital da desqualidade de serviço, porque falta investimento, falta equipamento, falta colocar todo esse grande recurso que está vindo para a cidade, que veio oriundo das enchentes. Também a gente não vem investindo em saneamento.

Então, acho que nós temos que, sim, fazer o apelo. No dia 15, tem a presença do prefeito Sebastião Melo, aqui, no Loureiro da Silva, que é da Cruzeiro, mas também está perto de vocês do Cristal, espero ver vocês todos lá, também, contribuindo e pedindo para o prefeito, fazendo o apelo para que volte a olhar para as comunidades de baixa renda, que volte a fazer com que o DMLU volte a ser referência e o DMAE também, com contratação, revertendo essa lógica que vem para destruir e desqualificar, tirar da população os recursos que é dela, entregando para a iniciativa privada, para os empresários, esse farto recurso. O DMAE tem R$ 200 milhões, um mínimo de caixa, tem que ser devolvido para a população em serviços. E é isso aí, estamos na luta, vamos lá. (Palmas.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada. Próximo inscrito favorável, Sr. Leonardo Oliveira, cidadão e morador da região.

SR. LEONARDO OLIVEIRA: Boa noite, Ver.ª Cláudia, demais servidores, pessoal da Prefeitura, secretários. Bom, a gente tem visto aqui, não por parte de todos, mas de alguns, a questão ideológica. Eu moro aqui já há 13 anos nesta região, eu acredito que não devemos ficar apenas na questão ideológica, já tivemos engenheiros, já tivemos outros servidores técnicos falando, os próprios técnicos do DMAE, a questão não pode ser ideológica. A questão tem que ser como esse serviço vai ser prestado a nós, da população, nos próximos anos, como vamos receber o serviço, não importando a forma da qual ele vai ser gerado para o cidadão. A pessoa quer, e eu quero, que não falte mais toda semana água na minha casa. Eu não quero isso, ninguém quer isso, todo mundo quer água na sua casa. Como nós vamos fazer isso? Quando eu falo em questões ideológicas, eu vejo muito o exemplo da CEEE Equatorial, que eu acho que não é um bom exemplo, porque a CEEE Equatorial era uma péssima empresa antes de ser privatizada. Já havia um serviço muito ruim na CEEE e que piorou depois. Agora, era uma empresa que não chamava atenção, extremamente endividada. Então, não dá para comparar com o DMAE, que tem uma situação diferente, bem diferente. Isso, consequentemente, com a concessão, teremos um serviço diferente, por óbvio. Então, a gente tem que ter... Só um minutinho, pessoal. Vamos respeitar a fala, por gentileza. Então, essa é a minha opinião, e eu estou aqui como cidadão, dando a minha opinião, acho que eu tenho esse direito. E são visões e são opiniões diferentes. São visões diferentes que a gente tem que analisar. E também me preocupa muito, diretor Vanuzzi, e é a questão que se falou mais aqui, inclusive por parte de conselheiros, da conselheira Jurema, a questão dos mais pobres. E eu queria deixar aqui a pergunta de como ficam essas pessoas que não têm acesso. Vai ter uma conta cidadã? Vai continuar? Como é que vai funcionar isso? Os mais pobres vão pagar a água? Vão ter isenções? Até que valor essas pessoas vão ser isentadas? Eu gostaria que o pessoal do DMAE respondesse isso, porque é importante. É importante saber que algumas pessoas terão ou não a isenção. Então, aqui é a questão que eu faço para o secretário.

Outra colocação que eu quero deixar, também para o secretário e a sua equipe, se fala muito do caixa do DMAE. Esse caixa, ele fica para investimento, ele vai para a empresa, ele fica com o DMAE, ele vai para o erário público, para onde vai esse dinheiro depois da concessão? É uma dúvida que eu tenho, e eu tenho certeza que é a dúvida de muita gente.

E outra questão, já falando em dinheiro, secretário, a questão do Tribunal de Contas, se há uma avaliação disso, de como isso está sendo. Eu faço essas perguntas, porque eu também tenho dúvidas. É um projeto realmente muito complexo, conceder por 30, 35 anos, dá um frio na barriga. Claro que dá um frio na barriga, deputada Sofia. Então, é esse frio na barriga que a gente está, aí, discutindo em cada região, levando. Eu acredito que o diálogo tenha acontecido, pelo que eu tenho acompanhado, e isso é importante. É importante a gente trazer o diálogo, é importante a gente conversar e cada vez mais o DMAE nos esclarecer e deixar a todos nós informados e cada vez mais informados. Por isso que hoje eu sou a favor da concessão. Se daqui a pouco o DMAE trouxer outra visão, ou a oposição, ou o Simpa, ou os funcionários trouxerem dados mais técnicos, que confirmem que não poderemos ter essa concessão, que ela não vai ser benéfica, algo factível, aí talvez eu mude de opinião. Hoje não. Hoje eu sou favorável à concessão do DMAE. Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada. Nós temos a presença da deputada Sofia Cavedon. Já a convido para fazer a sua fala de cinco minutos. Quando faltar um minuto, eu lhe aviso.

SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, presidente dos trabalhos, Ver.ª Cláudia. Boa noite, Cristal. Cheguei só agora, porque estava em um importante lançamento do plebiscito popular, que nós vamos viver até 7 de setembro. Espero que todos votem pela redução da jornada de trabalho e que os ricos paguem a conta do alívio do imposto de renda dos trabalhadores e trabalhadoras até R$ 5 mil.

Mas sobre o DMAE, eu quero cumprimentar o Vanuzzi, do governo, e a Sandra, o Edson, os trabalhadores, e vocês, cada um, cada uma. Hoje à tarde, por coincidência, a minha última atividade lá na Assembleia foi uma entrevista com um jornalista e a esposa que moram em Taquara. Lá, a Aegea, que comprou a Corsan, dobrou a conta de água de um casal que pagava R$ 160,00, e está pagando R$ 300,00. Eu digo, não, mas não é fuga de água, vocês não tinham perda de água? Não, quando teve perda de água, foram quatrocentos e poucos reais. E sabe o que a Aegea está fazendo? E não é só em Taquara, porque teve CPI em Santa Maria, por causa dos dias e dias sem água, conta de água absurda. O Léo estava falando da Equatorial, posso dar mil exemplos da Equatorial, mas quero dar o exemplo da água. Sabe o que a Aegea está fazendo, gente, autorizada por essas legislações de concessão? Notificando as moradias de quem tem poço artesiano, quem nunca teve que comprar água, porque tem pocinho em casa, no interior, e dizendo que tem que fechar e tem que botar relógio, captando água do aquífero. É isso que eles estão fazendo, com preços maiores. E por que preços maiores, Léo? São maiores porque uma empresa visa lucro. O DMAE pratica uma tarifa módica e tudo o que sobra, além do custeio, do pagamento de pessoal... E tem sobrado mais porque não há concurso, não se repõe servidores, e o DMAE é criticado porque foi desmantelado. O nosso DMAE é heroico, ele está sendo desmantelado desde o governo Marchezan até aqui. E sobra dinheiro porque não deixam fazer as obras, porque atrasam as obras, porque impedem a autonomia do DMAE. Então, a Aegea, ela lucra, a parte de uma empresa privada é o lucro, é o lucro dos acionistas, é o lucro do proprietário, e nós vamos pagar esse lucro. E quem vocês acham que vai pagar o lucro? Quem vai pagar o lucro é quem usa a água, consome a água. Então, só isso já vai dar uma conta mais alta. Porém, os serviços são piores. A Aegea demitiu os melhores quadros. O ex-prefeito de São Lourenço do Sul, nosso colega recém-eleito, diz que nunca faltou água em São Lourenço do Sul, o Zé Nunes, o deputado, mora lá. Agora tem bairro que está tendo que fazer audiência pública porque falta água, porque tiraram os melhores técnicos, fizeram demissão voluntária. A Equatorial fez a mesma coisa. Para baixar salário, eles

demitem os qualificados quadros, terceirizam e fazem quarteirização, inclusive, aí não sabem mais para onde vai o cano, como é que faz, não sei o quê, e demora para arrumar, demora para resolver e para tratar. Gente, agora vou fazer uma outra pergunta: vocês se lembram, água e energia elétrica, de todas as escolas municipais? “Ah, não, a Prefeitura paga”, mas paga para o DMAE. Não é só das escolas municipais, é dos postos de saúde, a água que é servida para todo o serviço público. Essa é uma conta que vai ter o lucro da empresa, e quem tem que pagar é o dinheiro da Prefeitura. Então, a cidade perde duas vezes, paga uma tarifa mais cara e vai pagar tarifa mais cara para todo o serviço público, que é isso que está acontecendo no Estado. O governo do Estado, com o dinheiro nosso, o dinheiro do povo, está pagando a água privatizada, a energia privatizada dos presídios, dos postos, dos hospitais, das escolas – 2.300 escolas. Que negócio privado é esse, que serve que interesse? Interesse do povo não serve, é só negócio para o lucro privado. É um escândalo, diante da crise climática, de uma cidade desprotegida, da água ameaçando a população, a Prefeitura, em vez de cuidar disso, tratar de privatização. É um escândalo, é imoral, é inaceitável e o povo de Porto Alegre tem que se levantar. Basta! Basta de corrupção com o que é patrimônio de todo mundo. Eu falo corrupção no sentido de prevaricar, de favorecer o negócio privado e não o interesse e o direito público à água, bem da vida, bem da sobrevivência.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, deputada. Próximo e último inscrito, Leonardo Duarte, conselheiro do OP, que é contrário. Depois nós vamos às falas do Simpa e do governo.

SR. LEONARDO DUARTE: Boa noite, gente. Eu só queria dizer uma coisa, eu sou parcial, porque eu lido com as comunidades. Como conselheiro do Orçamento Participativo e presidente da Vila Ecológica, quando eu vejo uma pessoa falar que mora no alto, eu moro mais no alto ainda. E, quando é prejudicado com a falta da água, a gente é mais prejudicado, por causa que as nossas ligações dependem de várias estações de tratamento e dependem de

caixa d'água. Então, estamos aqui hoje para discutir esse tema, que é bem polêmico. Mas, gente, no fundo, no fundo, a gente quer o serviço sendo entregue. Então, privatizado, em questão de concessão, em questão de entregar ou não, a gente quer o serviço sendo entregue. Só que, para nós, melhor seria se o DMAE administrasse. Se tivesse investimento no DMAE, ao invés de pegar esse dinheiro e repassar, e deixar para o caixa do Município. Gente, hoje, se faltar água na minha comunidade, eu entro em contato com o Rogerinho, eu entro em contato com o Eduardo, eu entro em contato com o pessoal do DMAE, que vai lá com um caminhão-pipa. Quem me garante que, se entregar para a concessão, eles vão se preocupar com a minha comunidade que está lá no alto? Eles vão se preocupar com a pedreira? E vão botar caminhão-pipa para essas pessoas terem água? Não, eles não vão colocar. Gente, o DMAE está com vazamento embaixo da caixa d'água, da Ecológica, desde o ano passado, o protocolo que eu fiz foi dia 26-07-2024. Esse vazamento, cada um de vocês que paga água, está pagando. Por quê? Porque eles desmobilizaram o DMAE e hoje não tem o pessoal para ir lá e arrumar. Então, essa água está sendo paga por vocês, porque por mim não está sendo paga. Pelos meus vizinhos não está sendo paga. Vocês estão pagando vazamento de um ano. Fora esse vazamento, ele está prejudicando a situação da caixa lá, que daqui a pouco cai em cima da casa de um morador. A gente tem dezenas e dezenas de protocolos, de pedidos. Eu fiquei muito feliz em saber que o Bruno estava vindo para o DMAE, mas também fiquei triste por causa que ele, nosso parceiro de anos... Mas, Bruno, tu pegaste uma bomba, uma bomba que já passou de mão em mão e não foi resolvida. Só que eu acho que a solução não é chegar e entregar para uma empresa que vai visar ao lucro. Cada um já deu a sua opinião aqui, já demonstrou, só que para mim nada vai me convencer de que essa empresa vai resolver. Muita gente citou a CEEE Equatorial; agora que CEEE Equatorial está entrando dentro das comunidades, ela está privatizada há tempo, está lucrando há tempo e agora que ela está fazendo investimento. Quem garante que essa empresa, que vai pegar a concessão, vai entrar dentro das nossas comunidades, vai enfrentar a nossa gurizada, para pegar e fazer a gente pagar a água e

diminuir a conta de vocês? Ninguém. Vocês vão continuar pagando mais caro, vão continuar pagando mais caro para manter essa conta. Então, gente, tem que ser pensado. O que a Jurema citou aqui, que faltou essa conversa do Melo com a gente, mal ou bem o Orçamento Participativo é sempre consultado para tudo; após a enchente o Melo nos chamou e conversou com a gente, ele nos convenceu do que seria melhor para Porto Alegre. A gente deu o braço a torcer e apoiou ele, só que não teve isso. Chegou o quê? A subprefeitura nos passando um resumo de como seria e como é que a gente vai entregar para cada morador, como é que eu vou chegar e convencer o morador, por causa que eu, como liderança, sou multiplicador, dentro da Vila Ecológica tem mais de 2 mil pessoas, são quarteirões e quarteirões do Cristal, lá tem mais de 2 mil pessoas; na Pedreira é a mesma coisa, são quarteirões e quarteirões; são essas pessoas a que a gente tem que visar... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...mas a gente tem que visar também ao pessoal que paga essa conta, que são vocês. Então, tem que ser pensado e tem que ser cobrado. Isso tem que ser conversado, não é de uma hora para outra, só que hoje está entregue nas mãos dos vereadores. A gente quer conversar, a gente quer dialogar, se for melhor para Porto Alegre, que seja mostrado, que seja cobrado, que sejam firmados esses acordos, se não for assim, se não for feito consulta, se não for firmado, para nós não adianta. A gente é a liderança, a gente é o povo, a gente é o Orçamento Participativo – queremos fazer parte dessa negociação.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Léo. De imediato passo ao Sr. Edson Zomar, do Simpa. O senhor tem cinco minutos para sua fala, quando faltar um minuto eu lhe aviso.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite a todas as pessoas presentes, à Mesa, aos vereadores, representação do DMAE, mas, enfim, o que está sendo debatido aqui é o interesse público *versus* o interesse privado, e em qual sentido? Numa sociedade desigual como a nossa, a existência de serviço público em todas as áreas é fundamental para garantir o acesso à dignidade, seja na

questão do saneamento, educação, saúde, meio ambiente, enfim, uma série de serviços. E o que a gente tem observado nas últimas duas gestões é uma opção política, e não falo em questão partidária, mas política no sentido de qual é e para quem a gente faz a gestão. Como o DMAE hoje está precarizado? No DMAE, todo esforço tem sido feito nos últimos cinco, oito anos, na verdade, desde 2017, se fosse feito no sentido de manter e aprimorar o serviço, que é a lógica da gestão pública, não haveria essa dificuldade de tempo de atendimento. O DMAE, que já foi a melhor empresa autarquia a nível do saneamento do Brasil, certamente teria atingido, se não quase totalmente, muito próximo, às metas colocadas no marco regulatório. E o que tem acontecido nesses oito anos, entende? Uma continuidade, um esforço contínuo em tornar difícil, na verdade, o funcionamento, porque não há reposição adequada, efetivo, não há execução do planejado, não há um foco em atender a população, e sim o foco em que? Em fazer o negócio como privado. Isso é uma coisa que não tem o menor sentido, não tem como ficar mais barato e mais acessível para a população. Por quê? Porque o custo do público é muito menor em nível de isenção de impostos, em nível de custos de encargos sociais, e também porque não tem o custo do lucro. Não se trata de ser contra o lucro, mas sim no sentido de não submeter a cidade ao monopólio privado, porque não é nem mercado, não vai haver concorrência, vai ser uma tomada só, como é a questão da Equatorial, vai ser uma torneira só, como a questão da AGR. Em Porto Alegre vai ser a mesma coisa, e a parte sobrevivente do DMAE, entre aspas, DMAE amputado, na verdade, que é a captação do tratamento, vai ficar refém do fornecimento, não só de dizer que a Prefeitura vai cobrar da empresa, mas a empresa vai cobrar do DMAE, sim, ou da parte do DMAE que restar, o fornecimento. Ah, mas a empresa vai investir; por que o DMAE não pode investir? Porque, da mesma fonte que a empresa vai investir, que é o dinheiro público do BNDES, o DMAE poderia fazê-lo, e o fez, entende, no PISA, o fez na construção da ETA José Loureiro da Silva, no Menino Deus, e o fez em uma série de atividades, como também na ETE Sarandi, casualmente depois da cheia, com tanta preocupação de esgoto ficou mais de um ano abandonada, abandonada, sendo furtada, sendo

jogada para a população 130 por segundo de esgoto; só recentemente foram tomadas medidas no sentido de voltar a funcionar. Ou seja, se a preocupação fosse de esgoto, haveria planejamento urbano na cidade, haveria regulação fundiária na cidade, haveria execução de uma série de coisas que o DMAE não fez, não porque é DMAE, mas pela forma como é gerido, porque a gente não pode dissociar o DMAE enquanto autarquia da sua gestão, e quem indica a sua gestão é a gestão eleita pela Prefeitura. E, nesse caso, no nosso entendimento e convicção, é uma opção equivocada. O governo municipal ainda pode fazer um ajuste na sua posição, pode rever a sua posição e voltar a gerir o DMAE e a cidade para o público, e fazer isso significa o quê? Devolver, como foi dito aqui, a autonomia do DMAE, repor o quadro pessoal, e para isso existe o quê? Um concurso realizado recentemente, no ano passado, dos quais foram nomeados somente 33 – tem que nomear todo mundo, e mesmo nomeando todo mundo ainda falta gente. Aí, essa falta de gente que faz, como foi colocado aqui, a manutenção do conhecimento da qualidade de atendimento, o número de equipes necessárias para atender as pessoas. A região sul, por exemplo, hoje, tem uma defasagem estupenda aqui, que não precisaria haver, basta uma decisão da direção do DMAE, do prefeito Melo, já, a partir da manhã, começar a chamar os concursados aprovados. Em pouco tempo vai melhorar o atendimento. A questão própria, então, de estudo do BNDES, isso tem que ser feito é o seguinte: mantendo o DMAE público, como ele melhorar mais ainda. E para encerrar, o ano passado, quando tinha R$ 438 milhões em caixa, era dinheiro que não era lucro, era dinheiro arrecadado da população para manter e aprimorar o serviço; tinha esse caixa porque não estava sendo nem mantido, muito menos aprimorado o serviço. E, por último, quero colocar o seguinte... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.)... para concluir, eu vim agora há pouco dos sindicatos bancários, uma série de entidades, sindicatos, onde está sendo lançado um plebiscito nacional, em nível nacional, com a questão da jornada 6 x 1, com a questão da taxação dos super-ricos, e vai ser inserido conjuntamente a questão do DEMAE em Porto Alegre, ou seja, a população tem que ser ouvida, a população tem que ser ouvida, e é a

população que vai decidir o futuro da cidade. Temos a certeza de que essa decisão vai ser a permanência do DMAE público e estatal. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Muito obrigada. Vamos passar, de imediato, ao diretor do DMAE, Bruno Vanuzzi, para fazer as suas considerações finais – cinco minutos, eu lhe aviso quando faltar um minuto.

SR. BRUNO VANUZZI: Bom, boa noite a todos. Gente, o que eu presenciei hoje eu temia que eu fosse presenciar vindo nas audiências, que é desinformação, desinformação e desinformação. Então, eu selecionei aqui, para não cansar a beleza de vocês, alguns pontos, e não são todos em que houve desinformação nesta audiência pública. Vai ter cobrança de quem é pobre, de quem não tem dinheiro, ou vai ter aumento de tarifa: não acredite. Existe uma lei federal, lei federal, que diz que quem está no CadÚnico tem a tarifa social. Não acredite, isso é desinformação, não tem outro nome. O índice de tratamento de água do DMAE, de esgoto do DMAE, chega a 80%. Em outro momento, falou-se em 78%. Não acredite, o DMAE, em 62 anos, em qualquer dos governos, nunca tratou mais do que 52%, talvez 54%. E isso não é por maldade, não é por desejo deste ou daquele governante, é porque as coisas assim o são. Isso é só um fato, não tem juízo de valor nenhum aqui. Estou dizendo para vocês os fatos.
Privatização é igual à concessão. Eu não vou dizer agora por que não acredite, mas eu digo uma coisa para vocês: quem for o próximo governante de plantão fará a concessão, seja ele de esquerda, seja ele de direita, e eu vou provar para vocês. O DMAE tem R$ 400 milhões em caixa, pode resolver o problema: não acredite. Só com a enchente do ano passado se gastou mais de R$ 150 milhões, não acredite. O DMAE dá lucro e sempre deu lucro: não acredite. Se os senhores não pagarem a conta de luz, não pagarem o aluguel, não pagarem o condomínio, e aí, sobra um dinheiro no fim do mês, os senhores não estão tendo lucro, não estão tendo superávit, não está sobrando dinheiro no fim do mês, os senhores não estão pagando as contas. Quando falta água na casa de alguém, não se pode dizer que está tendo lucro; quando falta esgoto na casa de alguém, não se

pode dizer que está tendo lucro, e não interessa quem é o governo. Isso vem há décadas. O DMAE tem condições de sozinho fazer os investimentos: não acredite. Não existe dinheiro de graça. Existem financiamentos? Ah, existem alguns financiamentos, e se tomarmos todos esses financiamentos para o DMAE, não tem escola, não tem posto de saúde, não tem mais nada, a Prefeitura acaba com a sua capacidade de pagamento, sua capacidade de endividamento, preocupada só em não fazer a concessão, que é um contrato administrativo criado em uma lei de um governo que era do PT.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. BRUNO VANUZZI: Não, meu amigo, não.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. BRUNO VANUZZI: Meu amigo, lei de concessões. O DMAE, gente... Por favor, me respeitem só para eu terminar. O DMAE não pode perder o bonde da história. Nos anos 1970, perdemos o bonde da história aqui com o Planasa. Foi uma decisão de Porto Alegre de que o saneamento em Porto Alegre seria tocado autonomamente e não através de uma empresa pública estadual. Perdemos recursos que hoje seriam na ordem de bilhões. Hoje, nós temos de novo uma janela de oportunidade para nós termos um salto no nosso saneamento. Esse salto no saneamento pode vir a não se repetir nos próximos 20 ou 30 anos. E nós vamos ficar, de novo, olhando para trás e dizendo o que a gente poderia ter sido. (Presidente informa que resta um minuto do tempo acordado.) Eu vou aproveitar este um minuto para dizer o que o próximo governo, se for de esquerda, faria.

(Procede-se à apresentação.)

SR. BRUNO VANUZZI: Ouviram? Ministro do governo Lula, 2024 foi o ano com o maior número de concessões federais – orgulhosamente, dito pelo ministro. Então, meus amigos, não esqueçam, estamos em Porto Alegre, mas moramos no Brasil, e o saneamento no Brasil está passando por uma revolução. E, quando se dá o exemplo aqui da Equatorial... (Presidente informa que acabaram os cinco minutos acordados.) Cinco segundos, que seja. Quando se fala aqui da Equatorial, se fala de um exemplo ruim, mas dos bons exemplos ninguém lembra. A iluminação pública da cidade está bem ou está mal? Pode não ser perfeita, mas está muito melhor do que há dez anos. Então, meus caros, não acreditem.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Muito obrigada, diretor. Não temos mais falas. Gostaria de agradecer ao presidente Roberto e ao tesoureiro Nilton por disponibilizarem o espaço em que nós estamos fazendo a audiência – muito obrigada! – e também à presidência da Câmara, que disponibilizou que nós estivéssemos nas 17 regiões para podermos realmente ouvir a todos sobre o assunto, que é tão importante. Muito obrigada pela presença de todos. Está encerrada a nossa audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 20h28min.)